

País explica bônus aos credores

Técnicos do governo iniciaram ontem as reuniões com os representantes dos bancos credores para detalhar a proposta brasileira de converter em bônus de curto, médio e longo prazos a dívida de US\$ 60 bilhões com os banqueiros internacionais, incluindo os juros atrasados. As discussões, que se prolongarão até quinta-feira, são interpretadas pela equipe econômica como uma demonstração formal da disposição dos credores em negociar.

A expectativa é de que encerrada esta etapa técnica seja possível marcar uma data para o início oficial das negociações. O embaixador Jório Dauster lembrou que, na reunião com o comitê de bancos credores

em Nova Iorque, há duas semanas, foi anunciada a disposição do Brasil em negociar.

“Deixamos claro que as propostas apresentadas não são dogmas”, comentou Dauster, insistindo em que os banqueiros devem “usar a imaginação” e apresentar variações à proposta brasileira, desde que seja respeitada a capacidade de pagamento do País. Até mesmo os prazos para o resgate dos títulos (bônus com 15, 25 e 45 anos), como admitiu o embaixador, poderão ser negociados.

O ponto básico da proposta que gerou dúvidas e reação negativa dos bancos é a definição da capacidade brasileira de pagamento. O governo, por este conceito, quer li-

mitar os pagamentos da dívida externa com bancos comerciais à obtenção de superávits nas suas contas. Ou seja, não ter que emitir cruzeiros para comprar dólares e, assim, provocar inflação.

A missão de economistas, chefiada por Lawrence Brainard, do Bankers Trust, é composta de representante de outros seis bancos: Daniel McGovern (Bank of America), Nina Ramondelle (Chase Manhattan), Alavro Simões (Citybank), Paul Rawkins (Lloyd Bank), Laurence Rouget (Societe Generale), Eberhard Schulz (Deutsche Bank), Wendy Tener, do Bank of Montreal e a assessora do Citybank Ilona Ilonabeer.